Lei Grifada

ESTUDE O QUE CAI

Kit Grátis Escrevente TJSP

Edital verticalizado · Cronograma de 17 semanas · Mini-simulado de Legislação Interna

Material de estudo independente, sem vínculo com o Tribunal de Justiça de São Paulo ou com a banca organizadora.

Edital verticalizado

Edital de Abertura nº 02/2026 — Anexo VIII. Marque cada tópico ao estudar (teoria), ao fazer questões e ao revisar.

BLOCO I — Língua Portuguesa (16 questões · elimina abaixo de 50%)

Tópico	Teoria	Questões	Revisão
Língua Portuguesa			
Interpretação de textos verbais, não verbais, literários e não literários	☐	☐	☐
Informações literais e inferências	☐	☐	☐
Ponto de vista do autor	☐	☐	☐
Relações entre ideias e recursos de coesão	☐	☐	☐
Significação contextual de palavras e expressões	☐	☐	☐
Sinônimos e antônimos	☐	☐	☐
Sentido próprio e figurado	☐	☐	☐
Classes de palavras e seu emprego	☐	☐	☐
Concordância verbal e nominal	☐	☐	☐
Regência verbal e nominal	☐	☐	☐
Colocação pronominal	☐	☐	☐
Crase	☐	☐	☐
Pontuação	☐	☐	☐

BLOCO II — Conhecimentos em Direito (30 questões · elimina abaixo de 50%)

Tópico	Teoria	Questões	Revisão
Direito Penal			
CP, arts. 293 a 305; 307; 308; 311-A	☐	☐	☐
CP, arts. 312 a 317; 319 a 333	☐	☐	☐
CP, arts. 336 e 337; 339 a 347; 357 e 359	☐	☐	☐
Direito Processual Penal			
CPP, arts. 251 a 258; 261 a 267; 274	☐	☐	☐
CPP, arts. 351 a 372 (citações e intimações)	☐	☐	☐
CPP, arts. 394 a 497 (procedimentos e Júri)	☐	☐	☐
CPP, arts. 531 a 538; 541 a 548	☐	☐	☐
CPP, arts. 574 a 667 (recursos)	☐	☐	☐

Lei 9.099/95, arts. 60 a 83; 88 e 89	☐	☐	☐
Direito Processual Civil			
CPC, arts. 144 a 155	☐	☐	☐
CPC, arts. 188 a 275 (atos processuais)	☐	☐	☐
CPC, arts. 294 a 311 (tutela provisória)	☐	☐	☐
CPC, arts. 318 a 538 (procedimento comum e cumprimento de sentença)	☐	☐	☐
CPC, arts. 994 a 1.026 (recursos)	☐	☐	☐
Lei 9.099/95, arts. 3º ao 19	☐	☐	☐
Lei 12.153/2009	☐	☐	☐
Direito Constitucional			
CF, Título II, Caps. I, II e III (arts. 5º a 13)	☐	☐	☐
CF, Título III, Cap. VII, Seções I e II (arts. 37 a 41)	☐	☐	☐
CF, art. 92	☐	☐	☐
Direito Administrativo			
Lei 10.261/68, arts. 1º a 86; 171 a 175; 239 a 323	☐	☐	☐
Lei 8.429/92 (Improbidade Administrativa)	☐	☐	☐
Legislação Interna			
Resolução TJSP 850/2021 (teletrabalho)	☐	☐	☐
Resolução TJSP 963/2025 (eproc)	☐	☐	☐
Lei Complementar 1.111/2010	☐	☐	☐
Regimento Interno do TJSP	☐	☐	☐
Normas da Corregedoria, Tomo I: Cap. II, Seç. I (subs. I e II)	☐	☐	☐
Normas da Corregedoria, Tomo I: Cap. III, Seç. I, II, V, VI, VII, VIII (subs. I a III) e IX a XIX	☐	☐	☐
Normas da Corregedoria, Tomo I: Cap. XI, Seç. I a VII	☐	☐	☐

BLOCO III — Conhecimentos Gerais (24 questões · só classifica)

Tópico	Teoria	Questões	Revisão
Atualidades (4)			
Fatos a partir do 1º semestre de 2026	☐	☐	☐
Estatuto da Pessoa com Deficiência, arts. 1º ao 13 e 34 ao 38	☐	☐	☐
Matemática (4)			
Números reais, MMC e MDC	☐	☐	☐

Razão, proporção e porcentagem	☐	☐	☐
Regra de três simples e composta	☐	☐	☐
Médias simples e ponderada; juros simples	☐	☐	☐
Equações do 1º e 2º graus; sistemas do 1º grau	☐	☐	☐
Tabelas e gráficos; sistemas de medidas	☐	☐	☐
Geometria: perímetro, área, volume, ângulo, Pitágoras	☐	☐	☐
Situações-problema	☐	☐	☐
Informática (9)			
Windows 10 ou superior: pastas, arquivos, atalhos, área de transferência	☐	☐	☐
Word	☐	☐	☐
Excel (fórmulas, funções, gráficos)	☐	☐	☐
Correio eletrônico	☐	☐	☐
Internet	☐	☐	☐
Teams	☐	☐	☐
OneDrive	☐	☐	☐
Raciocínio Lógico (7)			
Estruturas lógicas e lógica de argumentação	☐	☐	☐
Diagramas lógicos	☐	☐	☐
Sequências numéricas e figurais	☐	☐	☐
Relações entre pessoas, lugares e objetos	☐	☐	☐

Cronograma de 17 semanas até a prova

Sugestão para quem estuda cerca de 2 a 3 horas por dia. Divida cada semana em 4 frentes. Direito tem mais peso porque são 30 questões e o bloco elimina. No app você gera um cronograma personalizado, dia a dia, com as suas horas.

Semana	Direito 1	Direito 2	Português / Redação	Gerais
1 15/11 a 21/11	Penal (crimes funcionais)	Constitucional (art. 5º)	Português: interpretação	Informática: Windows
2 22/11 a 28/11	Penal (falsidades e Justiça)	Constitucional (arts. 6º a 13)	Português: classes de palavras	Raciocínio: conectivos
3 29/11 a 05/12	Processo Civil (atos e prazos)	Administrativo (Estatuto SP)	Português: concordância	Matemática: porcentagem
4 06/12 a 12/12	Processo Civil (citação e tutela)	Normas da Corregedoria (livros)	Português: regência e crase	Informática: Word
5 13/12 a 19/12	Processo Penal (citação e ritos)	Administrativo (Improbidade)	Português: colocação pronominal	Raciocínio: negações
6 20/12 a 26/12	Processo Penal (Júri)	Normas da Corregedoria (escrituração)	Português: pontuação	Informática: Excel
7 27/12 a 02/01	Processo Civil (petição a sentença)	Constitucional (arts. 37 a 41 e 92)	Redação: estrutura	Matemática: regra de três
8 03/01 a 09/01	Processo Penal (recursos)	Legislação Interna (Res. 850 e 963)	Português: coesão	Raciocínio: diagramas
9 10/01 a 16/01	Processo Civil (recursos)	Legislação Interna (LC 1.111)	Redação: 1 texto	Informática: e-mail, Teams, OneDrive
10 17/01 a 23/01	Juizados (9.099 e 12.153)	Regimento Interno	Português: revisão	Matemática: geometria
11 24/01 a 30/01	Revisão: Penal + Processo Penal	Normas da Corregedoria (prazos e certidões)	Redação: 1 texto	Atualidades + Estatuto PcD
12 31/01 a 06/02	Revisão: Processo Civil	Revisão: Constitucional + Administrativo	Simulado 1 (5h)	Raciocínio: sequências

13 07/02 a 13/02	Revisão: Legislação Interna	Questões: Direito (tudo)	Redação: 1 texto	Matemática: revisão
14 14/02 a 20/02	Revisão de grifos e flashcards	Questões: Português	Simulado 2 (5h)	Informática: revisão
15 21/02 a 27/02	Revisão de grifos e flashcards	Questões: o que mais errou	Simulado 3 (5h)	Atualidades (atualização)
16 28/02 a 06/03	Revisão geral de grifos	Flashcards e mapas mentais	Simulado (5h) + correção	Questões do que mais errou
17 07/03 a 13/03	Revisão geral de grifos	Flashcards e mapas mentais	Simulado (5h) + correção	Descanso e logística da prova

Toda semana: 15 minutos por dia de flashcards (revisão 24h / 7 dias / 30 dias). Prova: 14/03/2027, à tarde.

Mini-simulado: Legislação Interna do TJSP

15 questões inéditas sobre a parte do edital que mais derruba candidatos: Normas da Corregedoria, Regimento, teletrabalho, eproc e carreira. Resolva sem consultar e confira no final.

01 Teletrabalho: vedações (Res. 850/2021)

Paula, escrevente técnica judiciária do TJSP, pretende requerer o regime de teletrabalho. Nos termos da Resolução TJSP nº 850/2021, impede, por si só, a participação de Paula no teletrabalho o fato de ela

A) ter sofrido penalidade disciplinar há três anos da data da solicitação.

B) ter sido relotada pelo processo de remoção há oito meses.

C) estar no primeiro ano do estágio probatório.

D) estar no terceiro ano do estágio probatório.

E) ter sido desligada do teletrabalho, por pedido pessoal, há dois meses.

02 Teletrabalho: limites por unidade (Res. 850/2021)

Sobre a quantidade de servidores em teletrabalho por unidade, prevista na Resolução TJSP nº 850/2021, assinale a alternativa correta.

A) Nas unidades de primeiro grau, com exceção dos gabinetes, o teletrabalho poderá alcançar até 50% do quadro, arredondadas as frações para o primeiro número inteiro imediatamente superior.

B) Nas unidades de primeiro grau, inclusive gabinetes, o teletrabalho poderá alcançar até 70% do quadro.

C) Nos gabinetes, o número de servidores em teletrabalho é limitado a 50% do quadro, cabendo ao gestor da unidade a escolha.

D) Nas unidades vinculadas diretamente à Presidência, o limite é de 70% do quadro, arredondadas as frações para o número inteiro imediatamente inferior.

E) Nas unidades vinculadas à Corregedoria Geral da Justiça, o limite é de 50% do quadro, vedada qualquer majoração.

03 Teletrabalho: prazos e jornada (Res. 850/2021)

De acordo com a Resolução TJSP nº 850/2021, assinale a alternativa correta.

A) O intervalo para almoço do servidor em teletrabalho é de uma hora e deve ocorrer entre 11h e 14h.

B) Em caso de descumprimento dos deveres, o servidor deverá prestar esclarecimentos ao gestor da unidade em 5 dias úteis.

C) A participação do servidor no teletrabalho será informada à Secretaria de Gestão de Pessoas em até 30 dias da autorização.

D) A superação da meta de produtividade pelo servidor em teletrabalho dá direito à formação de banco de horas.

E) Em caso de cessação do teletrabalho, o servidor terá até 5 dias úteis para retornar ao trabalho presencial, mantido o dever de cumprir as atividades do plano de trabalho.

04 eproc: indisponibilidade e prorrogação de prazo (Res. 963/2025)

Um prazo processual de um processo que tramita no eproc vencia em uma terça-feira, dia útil. Nesse dia, o sistema ficou indisponível, por falha nos equipamentos do Tribunal, das 14h às 15h10, sem outras interrupções. Segundo a Resolução TJSP nº 963/2025, o prazo

A) não será prorrogado, pois a indisponibilidade foi inferior a duas horas.

B) será prorrogado para o dia útil seguinte à retomada do funcionamento.

C) será prorrogado por 24 horas corridas, contadas da retomada do funcionamento.

D) só seria prorrogado se a indisponibilidade tivesse ocorrido entre 23h01min e 00h00min.

E) só será prorrogado se a unidade judicial certificar manualmente a falha e houver despacho do juiz.

05 eproc: governança (Res. 963/2025)

Quanto à governança do sistema eproc no TJSP, disciplinada pela Resolução TJSP nº 963/2025, é correto afirmar que

A) a composição, as atribuições e o funcionamento do Comitê Gestor do eproc (CGe) serão regulados por ato próprio da Presidência.

B) os usuários externos podem apresentar demandas relacionadas ao eproc diretamente ao Núcleo de Gestão Técnica.

C) o Núcleo de Gestão Técnica será integrado por, no mínimo, um representante da Secretaria de Gestão de Pessoas.

D) o CGe será composto por, no mínimo, um juiz assessor da Presidência, um juiz assessor da Vice-Presidência e um juiz assessor da Corregedoria Geral da Justiça.

E) a governança é exercida pelo CGe, pelo Núcleo de Gestão Negocial e pelo Comitê Interinstitucional.

06 eproc: usuários, prática de atos e certidões (Res. 963/2025)

Considere as afirmações a seguir, sobre a Resolução TJSP nº 963/2025.

I. O usuário interno com perfil de gestor do sistema deve interromper o acesso de usuário subordinado em até 24 horas após o encerramento do vínculo com a unidade, sob pena de responsabilidade.

II. Para atender prazo processual, é tempestivo o ato transmitido integralmente até as 24 horas do seu último dia, considerado o horário oficial de Brasília.

III. A emissão de certidões de distribuição será disciplinada exclusivamente por ato da Corregedoria Geral da Justiça.

Está correto o que se afirma em

A) I e II, apenas.

B) I, apenas.

C) II e III, apenas.

D) III, apenas.

E) I, II e III.

07 Correições e visitas: prazo das atas

Na comarca de Itapeva, o Juiz Corregedor Permanente realizou correição ordinária no ofício de justiça e, semanas depois, uma visita correcional em outra unidade sob sua corregedoria. De acordo com as NSCGJ, as respectivas atas deverão ser encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça, respectivamente, em até

A) 15 (quinze) dias e 60 (sessenta) dias após realizadas.

B) 30 (trinta) dias e 15 (quinze) dias após realizadas.

C) 60 (sessenta) dias e 15 (quinze) dias após realizadas.

D) 60 (sessenta) dias e 30 (trinta) dias após realizadas.

E) 90 (noventa) dias e 15 (quinze) dias após realizadas.

08 Procedimentos disciplinares

Segundo as NSCGJ, quando a falta disciplinar atribuída a servidor da serventia judicial, por sua natureza, puder determinar as penas de repreensão, suspensão ou multa, o procedimento disciplinar a ser observado é

A) a sindicância.

B) o processo administrativo.

C) a apuração preliminar.

D) o pedido de providências.

E) a correição extraordinária.

09 Escrituração: requisitos e vedações

Assinale a alternativa que está de acordo com as regras de escrituração previstas nas NSCGJ.

A) Os numerais serão expressos apenas em algarismos, para evitar divergência entre número e extenso.

B) A escrituração será sempre feita em vernáculo, preferencialmente por meio eletrônico, com tinta preta ou azul, indelével.

C) Admite-se o uso de corretivo, desde que a correção seja ressalvada antes da subscrição do ato.

D) É permitida a utilização de chancela que reproduza mecanicamente a assinatura do juiz nos mandados de rotina.

E) São admitidas anotações a lápis nos autos de processo, desde que a título provisório.

10 Livros: abertura e encerramento

Mário, escrevente técnico judiciário, foi encarregado de organizar os livros de folhas soltas do ofício de justiça. De acordo com as NSCGJ, os livros em geral, inclusive os de folhas soltas, serão abertos, numerados, autenticados e encerrados

A) pelo Juiz Corregedor Permanente, em oportunidades distintas.

B) pelo escrevente mais antigo da unidade, sempre na mesma oportunidade.

C) pelo escrivão judicial, admitida a substituição de folhas mediante certidão.

D) pelo escrivão judicial, sempre na mesma oportunidade, vedada a substituição de folhas.

E) pelo Corregedor Geral da Justiça, por meio de processo mecânico de autenticação.

11 Volumes e numeração de folhas

Considere as afirmações sobre a formação dos autos físicos, segundo as NSCGJ.

I. Os autos não excederão 200 (duzentas) folhas em cada volume, salvo determinação judicial expressa em contrário ou para manter peça processual com seus documentos anexos.

II. Constatado erro na numeração das folhas, o ofício de justiça renumerará os autos a partir da folha incorreta, certificando a ocorrência.

III. Na hipótese de numeração repetida, acrescentar-se-á apenas uma letra do alfabeto, em sequência (188-a, 188-b etc.), certificando-se.

Está correto o que se afirma em

A) I, apenas.

B) II, apenas.

C) I e II, apenas.

D) II e III, apenas.

E) I e III, apenas.

12 Movimentação dos autos: prazos

Nos termos das NSCGJ, deverá ser feita a conclusão dos autos e deverão ser executados os atos processuais, respectivamente, nos prazos de

A) 24 (vinte e quatro) horas e 48 (quarenta e oito) horas.

B) 1 (um) dia e 5 (cinco) dias.

C) 2 (dois) dias e 10 (dez) dias.

D) 1 (um) dia e 10 (dez) dias.

E) 5 (cinco) dias e 1 (um) dia.

13 Certidões: prazos

Carla, escrevente de um ofício de justiça cível, recebeu três pedidos: (1) certidão em breve relatório, requerida no balcão; (2) certidão de objeto e pé solicitada pelo e-mail institucional de outro ofício de justiça; (3) certidão de teor de decisão transitada em julgado que reconhece obrigação de pagar quantia certa, para fins de protesto. Pelas NSCGJ, os prazos para expedição são, respectivamente, de

A) 5 dias; 5 dias; 5 dias.

B) 3 dias; 5 dias úteis; 5 dias.

C) 5 dias úteis; 5 dias; 3 dias úteis.

D) 10 dias; 5 dias úteis; 3 dias.

E) 5 dias; 5 dias úteis; 3 dias.

14 Intimações e publicações

Sobre as intimações disciplinadas nas NSCGJ, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A intimação dos atos e termos do processo far-se-á, sempre que possível, por meio eletrônico e mediante publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

B) É vedado ao servidor dos ofícios de justiça prestar informações por telefone aos advogados acerca dos atos e termos do processo.

C) Nas intimações pela imprensa, as decisões interlocutórias e sentenças serão publicadas somente na sua parte dispositiva.

D) Os despachos, decisões interlocutórias e sentenças devem ser encaminhados à publicação no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da devolução dos autos em cartório.

E) Nos processos que tramitam sob segredo de justiça, das publicações no Diário de Justiça Eletrônico Nacional constarão apenas as iniciais das partes.

15 Consulta e carga dos autos

A respeito da consulta e da carga de autos físicos, assinale a alternativa correta segundo as NSCGJ.

A) A carga rápida será concedida pelo período de uma hora, e os requerimentos serão atendidos desde que formulados até 1 (uma) hora antes do término do expediente forense.

B) Nos processos findos e não sujeitos a segredo de justiça, o advogado sem procuração poderá retirar os autos em carga pelo prazo de 5 (cinco) dias.

C) Para controle da carga, o ofício de justiça poderá reter o documento de identificação do advogado até a devolução dos autos.

D) Na fluência de prazo comum, cada procurador poderá retirar os autos para obtenção de cópias pelo prazo de 1 (uma) a 3 (três) horas, independentemente de ajuste.

E) O advogado que, intimado pessoalmente, não devolver os autos no prazo de 5 (cinco) dias incorrerá em multa de um salário mínimo.

Gabarito comentado

01 — Letra C (Res. TJSP 850/2021, arts. 11 e 19)

C: correta. O art. 11, VI, veda o teletrabalho a quem esteja no primeiro ano do estágio probatório. a: errada, a vedação alcança penalidade sofrida nos 2 anos anteriores à solicitação (art. 11, II), e três anos já passaram desse limite. b: errada, a remoção só impede se ocorreu nos últimos 6 meses (art. 11, IV). d: errada, só o PRIMEIRO ano do estágio probatório impede. e: errada, o art. 11, III, só alcança o desligamento dos últimos 6 meses 'nos termos do art. 19, IV' (não atingimento de metas ou descumprimento de regras); o desligamento por pedido pessoal está no art. 19, I.

02 — Letra A (Res. TJSP 850/2021, art. 9º, II a IV)

A: correta, reproduz o art. 9º, III. b: errada, 70% é o limite das unidades vinculadas à Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria e Presidências de Seção (art. 9º, II), e os gabinetes têm regra própria. c: errada, nos gabinetes o número é definido pelo Juiz ou Desembargador (art. 9º, IV), sem percentual fixo. d: errada, o arredondamento é para o inteiro imediatamente SUPERIOR. e: errada, nessas unidades o limite é de até 70%, admitida excepcionalmente a majoração com aprovação da Presidência.

03 — Letra E (Res. TJSP 850/2021, arts. 9º, 10, 13 e 19)

E: correta, é o art. 19, § 1º. a: errada, o intervalo é de 30 minutos, com tolerância de até 15, entre 12h e 14h (art. 9º, VIII). b: errada, o prazo é de 2 dias úteis (art. 13). c: errada, a comunicação à SGP é feita em até 10 dias úteis (art. 10, § 1º). d: errada, a superação da meta não implica horas extras nem banco de horas (art. 9º, X).

04 — Letra B (Res. TJSP 963/2025, art. 21)

B: correta. Houve indisponibilidade superior a 60 minutos (70 minutos) entre 12h00 e 23h00, hipótese do art. 21, I, que prorroga o prazo para o dia útil seguinte à retomada. a: errada, o limite é 60 minutos, não duas horas. c: errada, a prorrogação é para o dia útil seguinte, não por 24 horas. d: errada, a faixa de 23h01 a 00h00 é uma segunda hipótese (art. 21, II), que não exclui a do inciso I. e: errada, a certificação cabe ao administrador do sistema, quando tecnicamente possível (art. 21, § 2º), e não há exigência de despacho.

05 — Letra D (Res. TJSP 963/2025, arts. 4º a 8º)

D: correta, reproduz o art. 5º, § 1º. a: errada, o CGe é regulado por Provimento do Conselho Superior da Magistratura (art. 5º, § 2º); ato da Presidência regula NGN e NGT. b: errada, usuários externos só apresentam demandas pelo Comitê Interinstitucional (art. 8º, parágrafo único). c: errada, o NGT tem no mínimo dois servidores da Secretaria de Tecnologia de Informações e um da Secretaria de Governança de Sistemas (art. 7º, § 1º); a SGP integra o NGN. e: errada, os órgãos de governança são CGe, NGN e NGT (art. 4º).

06 — Letra A (Res. TJSP 963/2025, arts. 16, 26 e 31)

A: correta. I está certa (art. 16, § 1º). II está certa (art. 26, §§ 1º e 2º). III está errada: as certidões de distribuição são disciplinadas por ato CONJUNTO da Presidência e da Corregedoria (art. 31). Por isso b (só I) e d (só III) estão erradas, e c e e incluem a afirmação III, que é falsa.

07 — Letra C (NSCGJ, art. 6º, § 4º)

Correta a C: o art. 6º, § 4º, fixa até 60 dias para a ata da correição ordinária (inciso I) e até 15 dias para a da correição extraordinária ou visita correcional (inciso II). a: inverte os prazos. b: 30 dias não é o prazo da ordinária. d: a visita correcional tem 15 dias, não 30. e: não há prazo de 90 dias para a ordinária.

08 — Letra A (NSCGJ, art. 15, I a III)

Correta a A: o art. 15, II, reserva a sindicância às faltas que possam levar a repreensão, suspensão ou multa. b: o processo administrativo (art. 15, III) cabe para demissão ou dispensa, demissão ou dispensa a bem do serviço público e cassação de aposentadoria. c: a apuração preliminar (art. 15, I) é usada quando a infração não está suficientemente caracterizada ou a autoria não está definida. d: o pedido de providências não é procedimento disciplinar. e: a correição é atividade de fiscalização (art. 6º), não procedimento para aplicar pena.

09 — Letra B (NSCGJ, arts. 80 a 82)

Correta a B: reproduz o art. 80, II. a: os numerais são expressos em algarismos E por extenso (art. 80, III). c: o uso de corretivo é vedado (art. 82, I); a ressalva antes da subscrição vale para entrelinhas, erros, emendas e rasuras (art. 81, § 1º). d: a chancela ou qualquer reprodução mecânica da assinatura do juiz é vedada (art. 82, IV). e: as anotações a lápis devem ser evitadas mesmo a título provisório (art. 81, III).

10 — Letra D (NSCGJ, art. 66)

Correta a D: art. 66, caput. a e e: a tarefa não é do juiz nem do Corregedor Geral; ao Corregedor Permanente cabe apenas aprovar previamente eventual processo mecânico de autenticação. b: a atribuição é do escrivão judicial, não do escrevente mais antigo. c: a substituição de folhas é expressamente vedada.

11 — Letra E (NSCGJ, arts. 89 e 91)

Correta a E. I: correto (art. 89). II: incorreto, porque em caso de erro na numeração certifica-se a ocorrência, sendo VEDADA a renumeração (art. 91, § 1º). III: correto (art. 91, § 2º). Assim, a, b, c e d estão erradas por excluírem a III ou incluírem a II.

12 — Letra B (NSCGJ, art. 97)

Correta a B: o art. 97, caput, manda fazer a conclusão em 1 dia e executar os atos processuais em 5 dias. a, c e d trocam os números; e inverte a ordem dos prazos.

13 — Letra E (NSCGJ, arts. 104, §§ 2º e 3º, e 104-A, § 1º)

Correta a E: certidão comum, 5 dias do recebimento do pedido (art. 104, § 2º); objeto e pé pedida por e-mail institucional de um ofício a outro, 5 dias úteis (art. 104, § 3º); certidão para protesto, 3 dias (art. 104-A, § 1º). a: ignora o prazo de 3 dias da certidão para protesto. b: o prazo geral é de 5 dias, não 3. c: troca a contagem (a geral não é em dias úteis e a de objeto e pé é). d: não existe prazo geral de 10 dias.

14 — Letra D (NSCGJ, arts. 132, 133, 135 e 138)

A D é a incorreta: o prazo máximo para encaminhar à publicação é de 3 dias da devolução dos autos em cartório (art. 133). As demais estão corretas: a (art. 132, caput); b (art. 132, parágrafo único); c (art. 135, II); e (art. 138).

15 — Letra A (NSCGJ, arts. 161, 164, 165, 166 e 167)

Correta a A: art. 165, caput e inciso I. b: o prazo é de 10 dias (art. 161). c: a retenção do documento é vedada em qualquer modalidade (art. 166). d: o prazo é de 2 a 6 horas (art. 164, § 2º). e: o prazo é de 3 dias e a multa é de metade do salário mínimo (art. 167).

Gostou? Isso é uma amostra da Lei Grifada

O material completo traz, para o Escrevente TJSP:

- **7 volumes de lei seca grifada** só com os artigos do edital, com pegadinhas, dicas e memorização em cada ponto importante;
- **App de treino** com simulado completo de 70 questões e correção pelos critérios do edital, 214 questões comentadas, 310 flashcards com revisão espaçada e 65 mapas mentais com modo desafio;
- **Jogos, níveis e missões diárias** para manter a constância, e um **painel de desempenho** que projeta sua nota por bloco;
- **Cronograma editável** e guia de estudo.

Procure por **Lei Grifada** no link de onde você baixou este material.

Material independente, sem vínculo com o TJSP ou com a banca organizadora. Confira sempre as datas no site oficial.